

CIBEC/INEP



B0026493

**DESEMPENHO
DO SISTEMA EDUCACIONAL
BRASILEIRO: 1994 - 1999**

TIRAGEM LIMITADA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

República Federativa do Brasil

Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Educação - MEC

Paulo Renato Souza

Secretaria Executiva do MEC

Luciano Oliva Patrício

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Maria Helena Guimarães de Castro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Desempenho do Sistema Educativo Brasileiro: 1994-1999

Principais mudanças no quadro educacional do País

A situação da educação melhorou significativamente na década de 90, tendência que se configurou de forma mais consistente a partir de 1995. É o que revelam os principais indicadores do sistema educacional brasileiro, apresentados e sumariamente analisados neste documento. Os avanços alcançados - tanto em termos de ampliação da cobertura quanto da melhoria da qualidade do ensino - traduzem os esforços articulados dos três níveis de governo e a crescente mobilização e engajamento da sociedade no resgate da escola pública.

As políticas educacionais assumiram novo enfoque, centrado na:

- busca de um novo padrão de equidade na oferta do ensino fundamental obrigatório, mediante garantia da universalização do acesso, implantação de um novo modelo de financiamento, com a criação do Fundef, e promoção de ações focalizadas para corrigir desigualdades sociais, econômicas e regionais;

- ênfase na melhoria da qualidade da educação básica, apoiada em políticas de valorização dos professores, na implantação de parâmetros curriculares nacionais e no desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação e de indicadores de desempenho.

Pela primeira vez, o ensino fundamental obrigatório foi assumido como a prioridade número um das políticas públicas de educação. O esforço de universalização e melhoria da qualidade apoiou-se na descentralização dos programas e dos recursos públicos destinados ao financiamento deste nível de ensino, mediante adoção de critérios transparentes e universais.

Com a Emenda Constitucional nº 14, que instituiu o Fundef, procedeu-se uma repartição mais clara das responsabilidades educativas dos três níveis de governo, favorecendo assim o desenvolvimento do regime de colaboração. Foram criados mecanismos de incentivo à participação da comunidade na gestão escolar.

Além disso, passou-se a estimular a parceria com organizações não-governamentais.

Como principais resultados das políticas implementadas na década de 90, observaram-se as seguintes tendências positivas:

- queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população;
- aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população, com maior velocidade na população feminina;
- crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, de forma particularmente intensa no ensino médio;
- melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção;
- melhoria da qualificação dos professores da educação básica;
- redução dos desníveis regionais em relação aos principais indicadores educacionais.

Redução do analfabetismo e aumento do número médio de anos de estudo

O analfabetismo é freqüentemente apontado como uma das principais evidências do atraso educacional do País, sobretudo em comparações internacionais. De fato, a despeito da sensível redução verificada nas últimas décadas, o Brasil segue exibindo uma das taxas de analfabetismo mais elevadas da América Latina na população com 15 anos ou mais de idade: era de 20,1% em 1991, e caiu para 14,7% em 1997, o que corresponde em números absolutos a cerca de 15,8 milhões de pessoas, contingente superior à população total da maioria dos países da região.

Nos anos 90, o País avançou na superação deste quadro, intensificando o esforço de universalização do ensino fundamental. Esta política promoveu um declínio acelerado do analfabetismo nos grupos etários mais jovens, imprimindo-lhe um forte viés geracional.

As taxas de analfabetismo entre a população com até 29 anos de idade vêm regredindo anualmente. Na faixa etária de 15 a 19 anos, o recuo foi de 12,2%, em 1991, para 6%, em 1997. Na faixa etária de 20 a 24 anos, a queda no período foi de 12,2% para 7,1%, e na faixa de 25 a 29 anos, a queda foi de 12,7% para 8,1%.

A redução do número de analfabetos foi mais expressiva entre as mulheres. A população feminina de 15 a 19 anos apresentava uma taxa de analfabetismo de 9%, em 1991. Em 1997, a taxa era de 4%. Entre as mulheres na faixa etária de 20 a 24 anos, a taxa recuou de 10,5% para 5,5%, e no grupo entre 25 e 29 anos, o recuo foi de 11,5% para 6,4%.

Apesar desta redução, observa-se uma forte tendência de regionalização do analfabetismo e da sua concentração nas áreas rurais e periféricas dos grandes centros urbanos.

Até o final dos anos 80, os homens estavam em vantagem em termos de média de anos de estudo. Esta posição se inverteu na década de 90, quando as mulheres melhoraram mais rapidamente o seu perfil educacional. Com efeito, no período de 1990 a 1996, a média de anos de estudo aumentou de 5,1 para 5,7

entre os homens e de 4,9 para 6,0 entre as mulheres, o que indica que elas deram um salto de quase um ano enquanto eles avançavam meio ano.

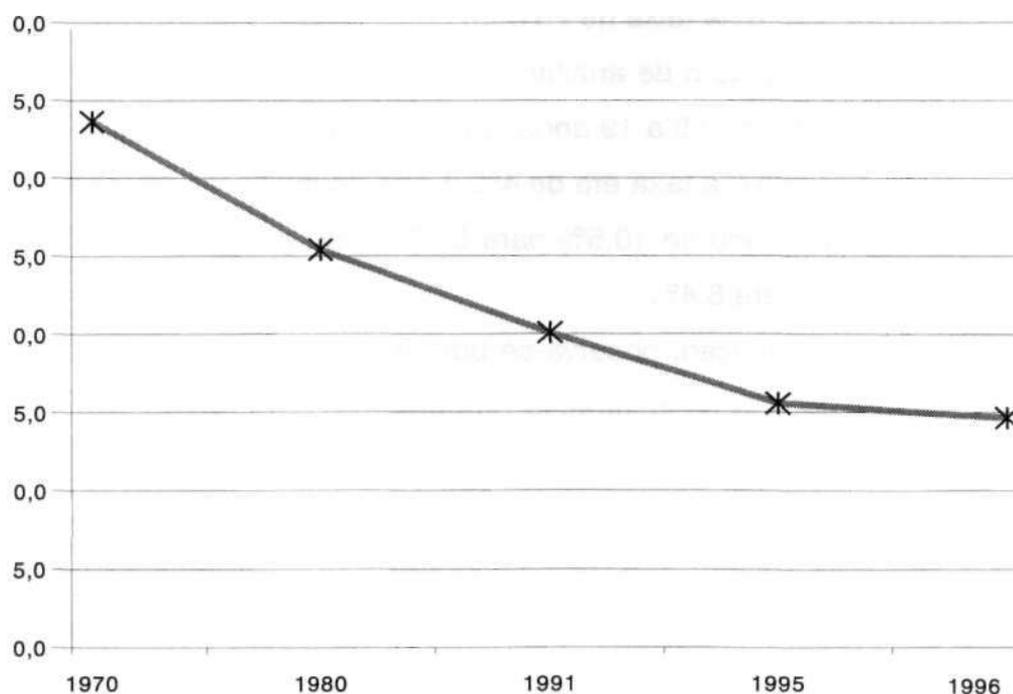
Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 anos ou mais de Idade Brasil 1970-1996

Ano	Taxa de Analfabetismo (%) 15 anos ou mais de idade
1970	33,6
1980	25,4
1991	20,1
1995 ⁽¹⁾	15,6
1996 ⁽¹⁾	14,7

Fonte: IBGE - PNAD

Notas: (1) - Excluída a população rural da RO, AC, AM, RR, PA e AP

Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 anos ou mais de Idade Brasil 1970-1996



**Número Médio de Anos de Estudo de Pessoas de 10 anos ou mais de Idade
Brasil 1960-1996**

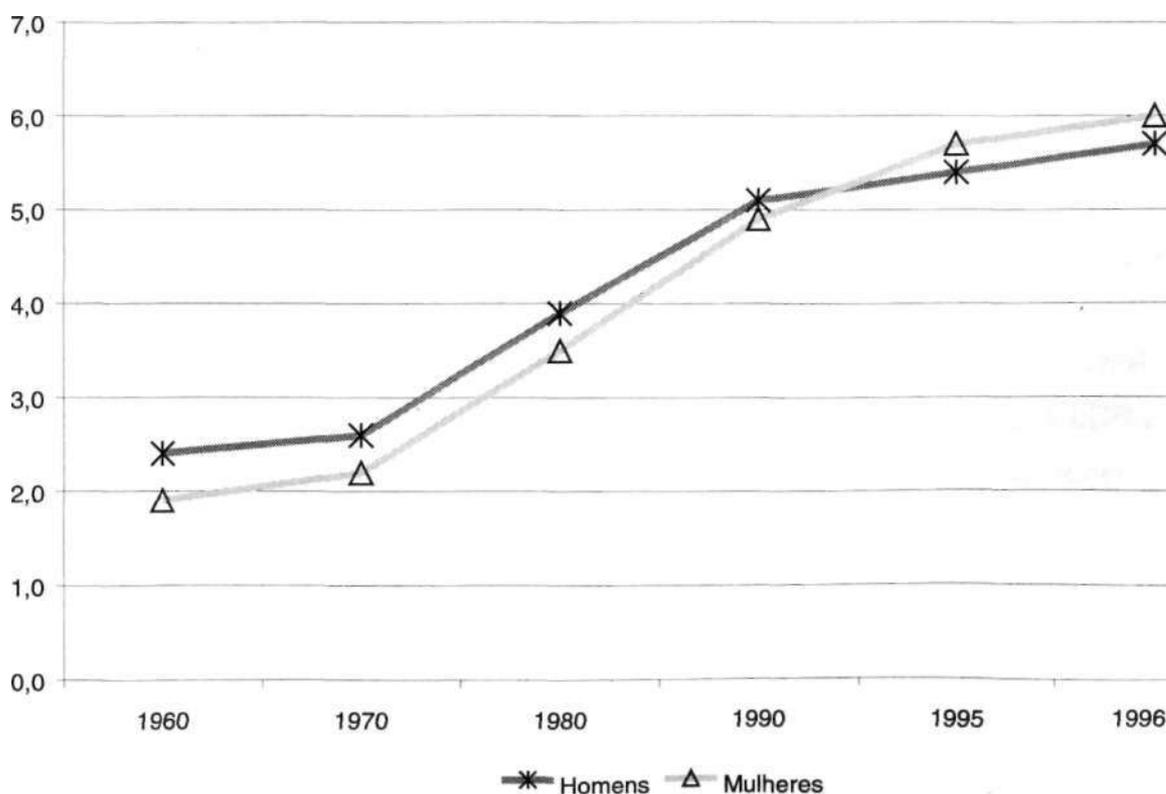
Ano	Sexo	
	Homens	Mulheres
1960	2,4	1,9
1970	2,6	2,2
1980	3,9	3,5
1990	5,1	4,9
1995 ⁽¹⁾	5,4	5,7
1996 ⁽¹⁾	5,7	6,0

Fonte: Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996; PNUD/IPEA, 1996.

Notas: Dados de 1995 e 1996 calculados pelo MEC/INEP/SEEC com base na PNAD de 1995 e 1996

(1) - Exclui a população rural da RO, AC, AM, RR, PA e AP

**Número Médio de Anos de Estudo de Pessoas de 10 anos ou mais de Idade
Brasil 1960-1996**



Crescimento da matrícula por nível de ensino

O Brasil possui 52,2 milhões de alunos matriculados na escola, este ano, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino, exceto o superior, de acordo com os dados preliminares do Censo Escolar de 1999. As escolas do setor público atendem agora a 45,8 milhões de alunos, ou seja, a 87,8% do total.

No período de 1994 a 1999, o crescimento da matrícula foi maior no ensino médio. Neste nível, a expansão atingiu 57,3%, uma média de 11,5% ao ano. O ensino superior também se expande de forma acelerada: o número de alunos matriculados em cursos de graduação saltou 28% no período de 1994 a 1998, resultando numa média de 7% ao ano.

A matrícula no ensino fundamental, por sua vez, cresceu 13%, de 1994 a 1999, sendo que neste ano o ritmo foi bem menor, 1,1%. Com isso, o Brasil alcançou, em 1999, uma taxa de escolarização líquida de 95,5% na faixa etária de 7 a 14 anos.

Pela primeira vez, o Censo Escolar deste ano registrou variação negativa da matrícula do ensino fundamental, de 1,5% nas quatro séries iniciais, e variação positiva, de 4,8% nas quatro séries finais. A redução do estoque de matrícula nas séries iniciais já estava prevista, pois estas séries retinham um contingente muito grande de alunos. Agora, com a melhoria do fluxo escolar, estes alunos estão progredindo de série. Este comportamento da matrícula sinaliza, também, uma tendência de mudança do perfil demográfico das regiões.

Os dados do Censo Escolar demonstram ainda que, excluídas as classes de alfabetização que estão sendo suprimidas desde a implantação da nova LDB e da lei do Fundef, a matrícula na pré-escola voltou a se expandir este ano, recebendo 120 mil novos alunos e registrando um aumento de 2,9%.

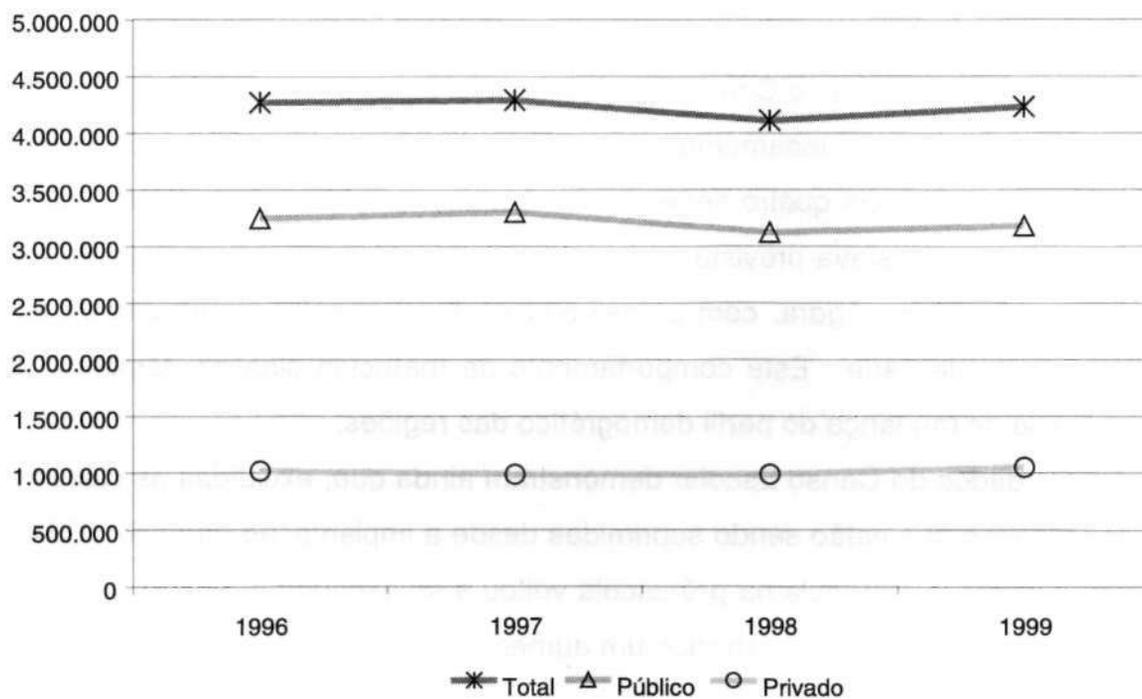
**Educação Infantil (Pré-Escola) - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa
Brasil 1996/99**

Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1996	4.270.376	3.250.889	76,1	1.019.487	23,9
1997	4.292.208	3.304.776	77,0	987.432	23,0
1998	4.111.120	3.123.496	76,0	987.624	24,0
1999 ⁽¹⁾	4.230.243	3.180.379	75,2	1.049.864	24,8
Taxa de Cresc. 96/99	-0,9%	-2,2%		3,0%	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) - dados preliminares

**Educação Infantil (Pré-Escola) - Matrícula Inicial por Dependência
Brasil 1996/99**



Ensino Fundamental - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa - Brasil 1994/99

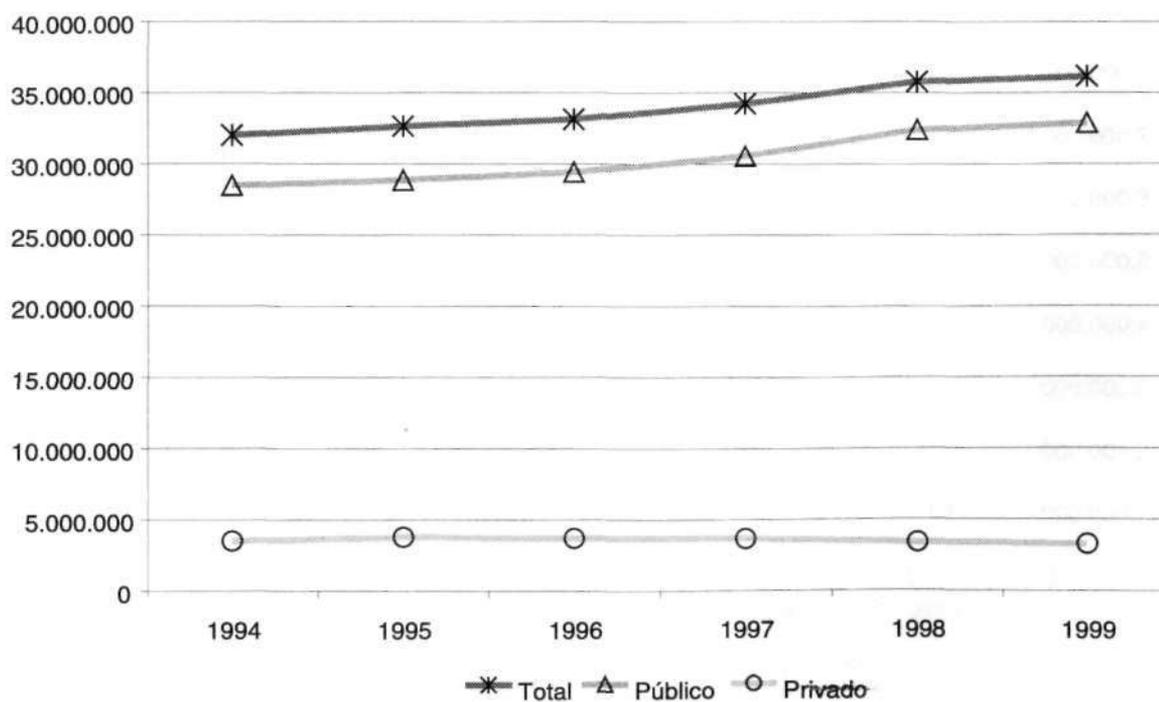
Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1994 ⁽¹⁾	32.008.051	28.486.693	89,0	3.521.358	11,0
1995 ⁽¹⁾	32.668.738	28.870.159	88,4	3.798.579	11,6
1996	33.131.270	29.423.373	88,8	3.707.897	11,2
1997	34.229.388	30.565.641	89,3	3.663.747	10,7
1998	35.792.554	32.409.205	90,5	3.383.349	9,5
1999 ⁽²⁾	36.170.643	32.892.246	90,9	3.278.397	9,1
Taxa de Cresc. 94/99	13,0%	15,5%		-6,9%	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) - dados estimados

(2) - dados preliminares

Ensino Fundamental - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa Brasil 1994/99



Ensino Médio - Matrícula Inicial **por** Dependência Administrativa - Brasil 1994/99

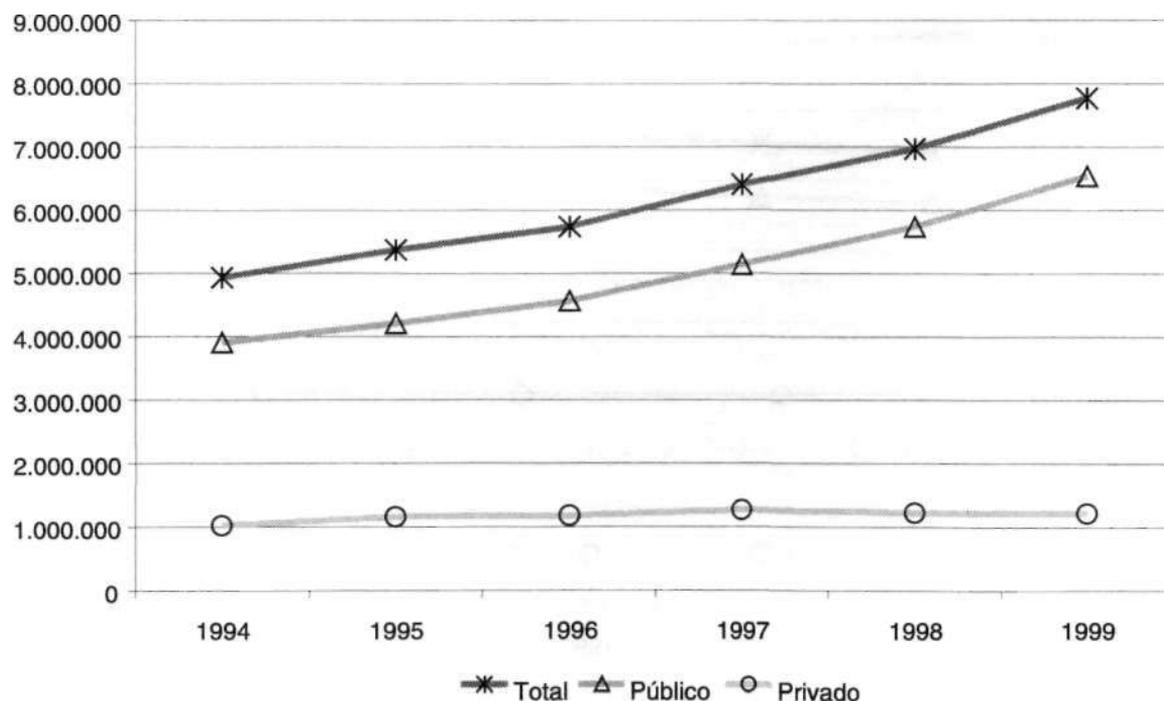
Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1994 ⁽¹⁾	4.936.211	3.905.872	79,1	1.030.339	20,9
1995 ⁽¹⁾	5.374.831	4.210.558	78,3	1.164.273	21,7
1996	5.739.077	4.562.558	79,5	1.176.519	20,5
1997	6.405.057	5.137.992	80,2	1.267.065	19,8
1998	6.968.531	5.741.890	82,4	1.226.641	17,6
1999 ⁽²⁾	7.767.091	6.542.913	84,2	1.224.178	15,8
Taxa de Cresc. 94/99	57,3%	67,5%		18,8%	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) - dados estimados

(2) - dados preliminares

**Ensino Médio - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa
Brasil 1994/99**

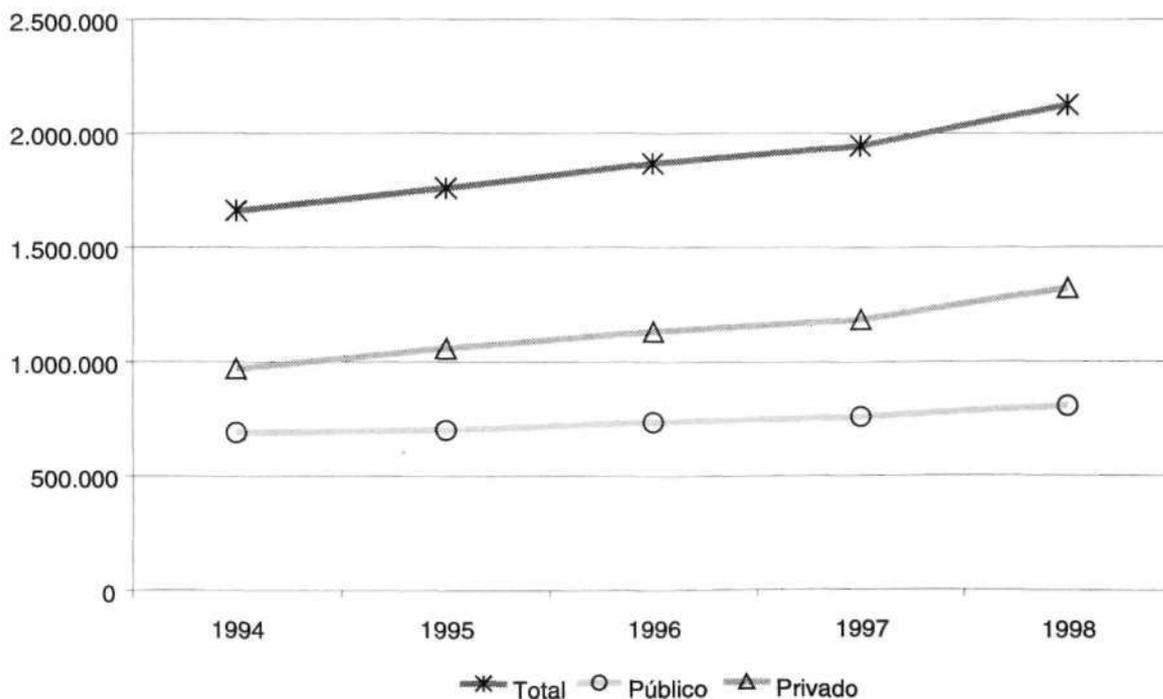


**Ensino Superior - Graduação - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa
Brasil 1994/98**

Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
Taxa de Cresc. 94/98	28,0%	16,6%		36,1%	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

**Ensino Superior - Graduação - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa
Brasil 1994/98**



Evolução das taxas de escolarização

Nos últimos cinco anos, o Brasil deu um salto importante no atendimento escolar. O percentual de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos que freqüenta o ensino fundamental passou de 89,1%, em 1994, para 95,5% em 1999. Esta taxa indica que o País está perto de colocar todas as crianças na escola. Consideradas as crianças desta idade que estudam nos demais níveis de ensino, a taxa de atendimento escolar já atinge 96,2%.

Avançar ainda mais implica trazer para o sistema as crianças que se encontram em situação de risco e melhorar a qualidade do ensino, tarefa que os três níveis de governo vêm se empenhando para cumprir.

A prioridade dada nos últimos anos ao ensino fundamental está contribuindo para alavancar os índices de escolaridade nos demais níveis de ensino. No mesmo período, a taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos, que retrata o percentual de matriculados no ensino médio, evoluiu de 22,7% para 32,6%, um aumento relativo de 9,9%. A matrícula no ensino médio se expande com rapidez, sinalizando que o País poderá dobrar este índice até o final da Década da Educação, em 2007.

O ensino superior também está crescendo com velocidade, embora o percentual de graduandos entre 20 e 24 anos seja muito pequeno se comparado com a população nesta idade. O índice aumentou de 5,5%, em 1994, para 6,7% em 1998.

Neste ano, o número total de alunos matriculados em cursos de graduação, independente da idade, corresponde a cerca de 15% da população de 20 a 24 anos, longe ainda de alcançar a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, em tramitação na Câmara dos Deputados, que é de elevar a taxa de escolarização bruta para 30% nos próximos 10 anos, mas recuperando um ritmo de expansão só observado na década de 70.

A taxa de escolarização no ensino superior brasileiro poderia ser mais elevada, se não fosse a incidência de altos índices de repetência e evasão, que retêm os alunos nos níveis anteriores, atrasando o ingresso na universidade.

Taxa de Escolarização Líquida (%) - Brasil 1994-1999

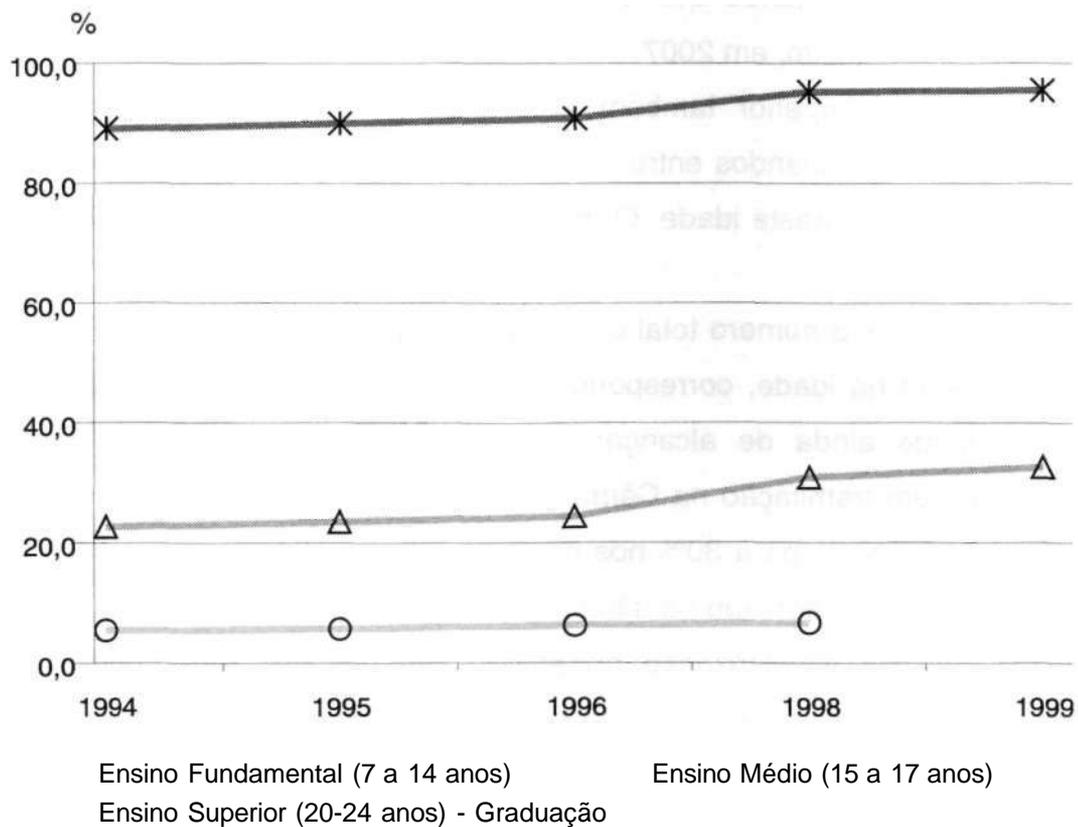
Ano	Nível de Ensino		
	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	Ensino Superior (20-24 anos) - Graduação
1994	89,1	22,7	5,5
1995	90,0	23,5	5,8
1996	90,8	24,4	6,2
1998	95,3	30,8	6,7
1999 ⁽¹⁾	95,5	32,6	-
Variação 94/99	6,4	9,9	1,2 ⁽²⁾

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) - dados preliminares

(2) - variação de 94/98

Taxa de Escolarização Líquida (%) - Brasil 1994-1999



Taxa de Escolarização Bruta (%) - Brasil 1994-1999

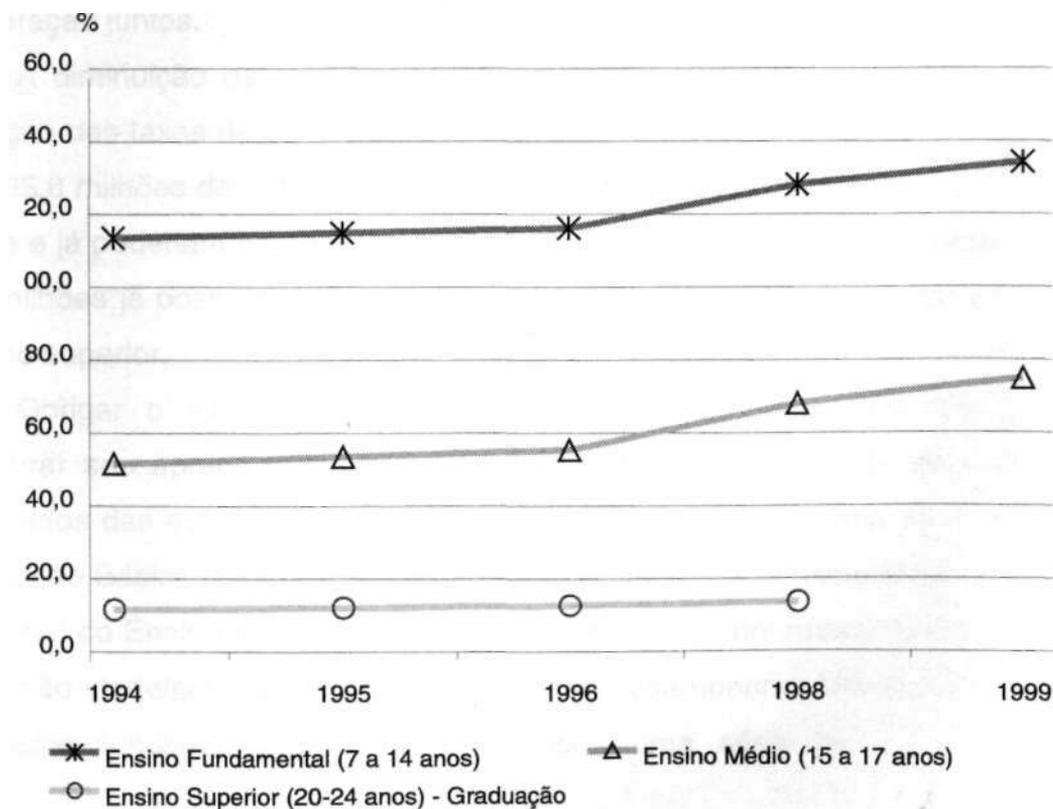
Ano	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	Nível de Ensino Ensino Médio (15 a 17 anos)	Ensino Superior (20-24 anos) - Graduação
1994	113,6	51,6	11,6
1995	114,9	53,5	12,1
1996	116,1	55,3	12,7
1998	128,1	68,1	13,6
1999 ⁽¹⁾	134,2	74,8	-
Varição 94/99	20,6	23,2	2,0⁽²⁾

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) - dados preliminares

(2) - variação de 94/98

Taxa de Escolarização Bruta (%) - Brasil 1994-1999



Melhoria do fluxo escolar e diminuição da distorção idade/série

O Brasil também está melhorando as taxas de transição no ensino fundamental, apesar da distorção idade/série continuar elevada (46,7%). A taxa de promoção evoluiu de 64,5%, em 1995, para 72,7%, em 1997, enquanto, no mesmo período, as taxas de repetência e evasão diminuíram de 30,2% para 23,4% e de 5,3% para 3,9%, respectivamente.

No ensino médio, apesar de a taxa de distorção idade/série permanecer alta (53,9%), confirma-se a tendência já verificada no ensino fundamental, de aumento da promoção e de queda da repetência e da evasão. A taxa de promoção variou de 65% em 1995, para 74,5% em 1997. No mesmo período, o índice de repetência caiu de 26,7% para 18,7%, e o de evasão regrediu de 8,3% para 6,8%.

Vale destacar que esta tendência é observada em todas as regiões e em todas as unidades da Federação. A melhoria do fluxo escolar está sendo agilizada com a implantação dos ciclos, em alguns estados, e com a expansão das classes de aceleração de aprendizagem, em outros. Ou com os ciclos e as classes de aceleração juntos.

A diminuição da repetência e da evasão provocará, inevitavelmente, uma redução das taxas de distorção idade/série. Para se ter uma idéia, em 1998, 24% dos 35,8 milhões de alunos do ensino fundamental possuíam 15 anos ou mais de idade e já poderiam estar cursando o ensino médio. Dos alunos do ensino médio, 3,7 milhões já possuíam 18 anos ou mais de idade e poderiam estar cursando o ensino superior.

Obrigar o aluno a repetir sucessivamente de série não contribui para melhorar seu aprendizado. A conclusão pode ser feita a partir da análise dos resultados das avaliações da educação básica, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Avaliação de Concluintes do Ensino Médio e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Estas avaliações confirmam: quanto maior é a distorção idade/série dos alunos pior é o seu desempenho. Um aluno que conclui o ensino fundamental aos 18 anos, após uma série de reprovações, tem

rendimento médio inferior ao do aluno que conclui as oito séries na idade adequada, ou seja, aos 14 anos.

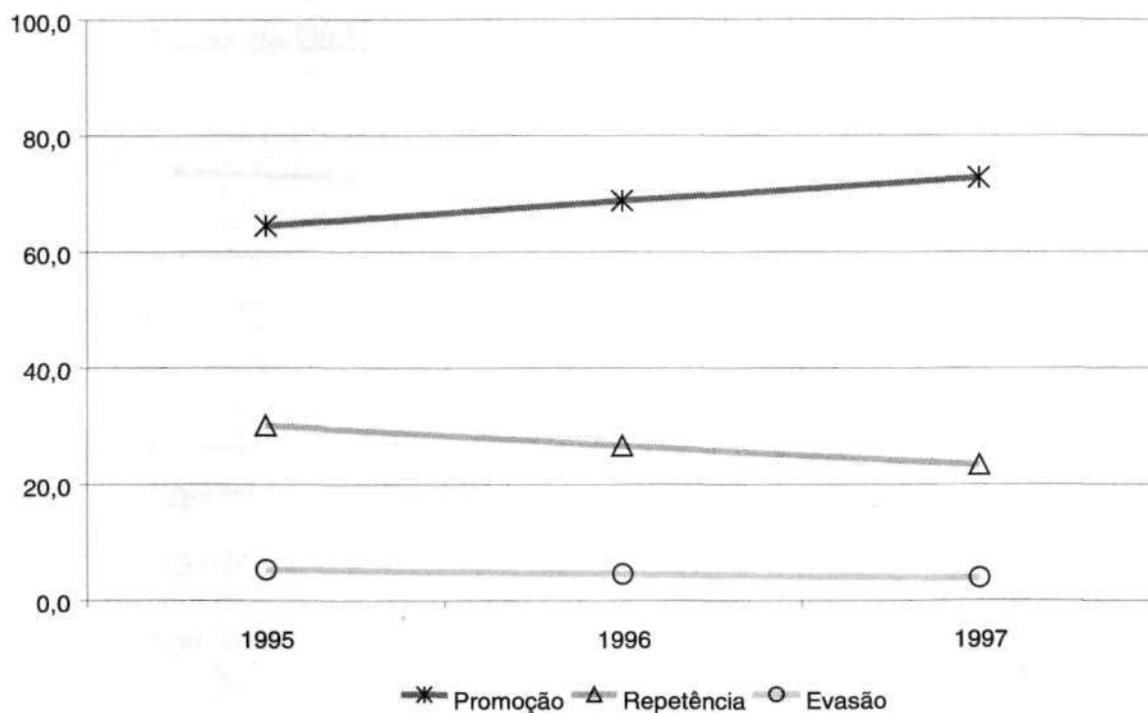
Para mudar este quadro, é preciso acabar com a "cultura da repetência", que continua muito enraizada na escola e na sociedade brasileira. Há uma crença disseminada que a repetência é benéfica e irá favorecer o aprendizado dos alunos. Mas isso é um equívoco. As reprovações sistemáticas são um desastre para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

**Ensino Fundamental - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão (%)
Brasil 1995/97**

Ano	Taxa Média Ponderada		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	64,5	30,2	5,3
1996	68,8	26,6	4,6
1997	72,7	23,4	3,9
Varição 95/97	8,2	-6,8	-1,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

**Ensino Fundamental - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência
Evasão (%) - Brasil 1995/97**

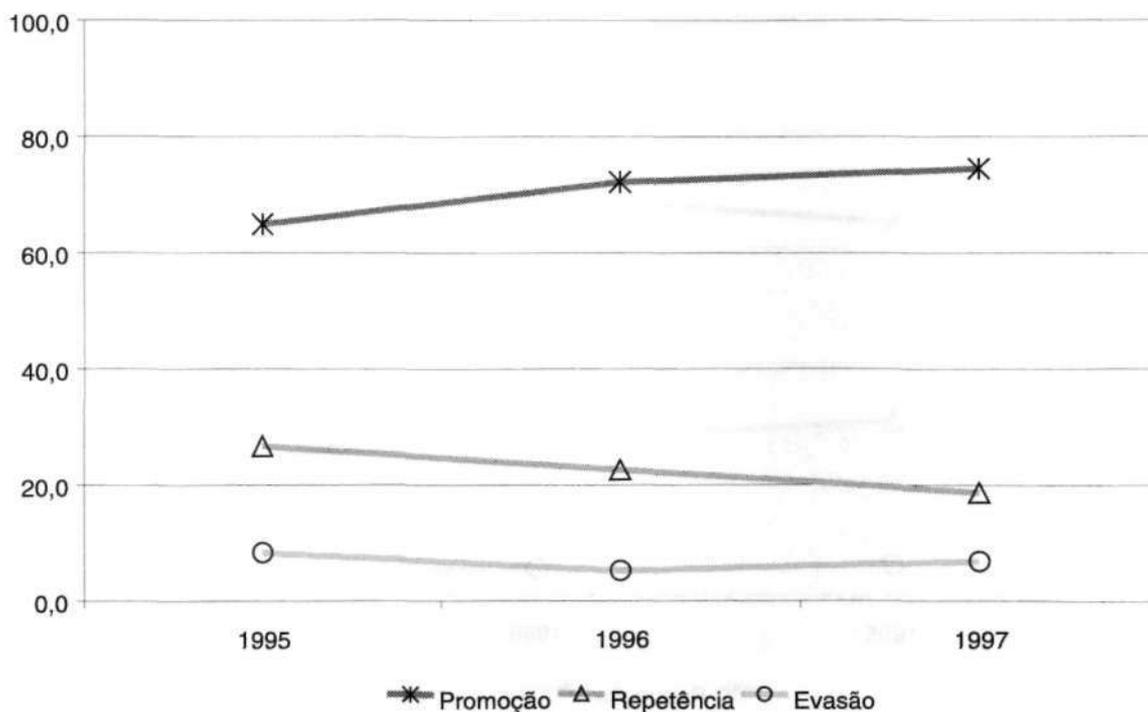


**Ensino Médio - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão (%)
Brasil 1995/97**

Ano	Taxa Média Ponderada		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	65,0	26,7	8,3
1996	72,2	22,6	5,2
1997	74,5	18,7	6,8
Varição 95/97	9,5	-8,0	-1,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ensino Médio - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão (%) - Brasil 1995/97



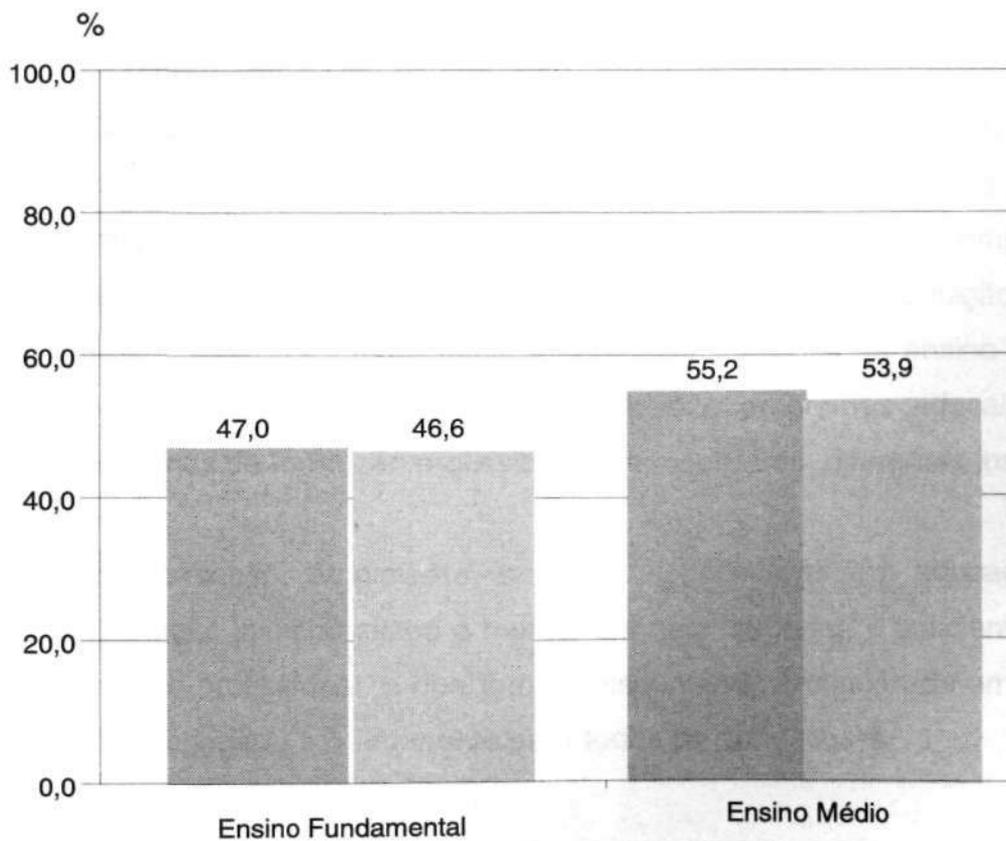
**Taxas de Distorção Idade/Série por Nível de Ensino (%)
Brasil 1996-1998**

NIVEL DE ENSINO

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio
1996	47,0	55,2
1998	46,6	53,9
Varição 96/98	-0,4	-1,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

**Taxas de Distorção Idade/Série por Nível de Ensino (%)
Brasil 1996-1998**



• 1996 1998

Qualificação dos professores

Embora o número de professores tenha aumentado nos últimos cinco anos - 9,6% no ensino fundamental e 23,8% no ensino médio - as informações levantadas pelo Censo Escolar mostram que eles estão mais qualificados. Houve uma melhoria considerável no grau de formação.

O número de professores leigos atuando no ensino fundamental caiu 41,1% no período de 1994 a 1999. Já o número de professores com nível médio completo subiu 7,5%, e com superior completo aumentou ainda mais: 24,4%.

Esta tendência se reproduz no ensino médio. Houve uma queda de 56,1% no número de professores leigos, e de 24,8% entre os que possuem apenas o nível médio completo. Por outro lado, houve um acréscimo de 34,6% no número de docentes com formação superior completa.

Estes dados, entretanto, mostram que a formação de professores é um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro na atualidade. Para cumprir as determinações da Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundef, o País deverá formar, até o final do ano 2001, cerca de 82 mil professores leigos. E até o final da Década da Educação, que se encerra em dezembro de 2007, deverá capacitar outros 768 mil docentes do ensino fundamental e médio, que já atuam nas redes municipais e estaduais, que não cursaram o nível superior completo.

Buscaremos atender a esta demanda com uma sólida articulação entre o governo federal, Estados e municípios, e com as instituições de ensino superior, no sentido de definir diretrizes, integrar políticas e programas educacionais e estruturar sistemas de formação profissional que incorporem diferentes instituições da sociedade.

Há um consenso, atualmente, entre os especialistas em educação, que nenhuma formação inicial, mesmo a melhor em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável a criação de um sistema de formação continuada e permanente para todos os professores.

**Ensino Fundamental - Número de Funções Docentes por Grau de Formação
Brasil 1994-1999**

Ano	Funções Docentes por Grau de Formação						
	Total	Fundamental Incompleto e Completo	%	Médio Completo	%	Superior Completo	%
1994 ⁽¹⁾	1.377.665	138.658	10,1	669.656	48,6	569.351	41,3
1995 ⁽¹⁾	1.407.625	133.933	9,5	685.596	48,7	588.096	41,8
1996	1.388.247	124.642	9,0	655.004	47,2	608.601	43,8
1998	1.460.455	101.601	7,0	684.514	46,9	674.340	46,2
1999 ⁽²⁾	1.510.426	81.735	5,4	720.148	47,7	708.543	46,9
Taxa de Cresc. 94/99	9,6%	-41,1%		7,5%		24,4%	

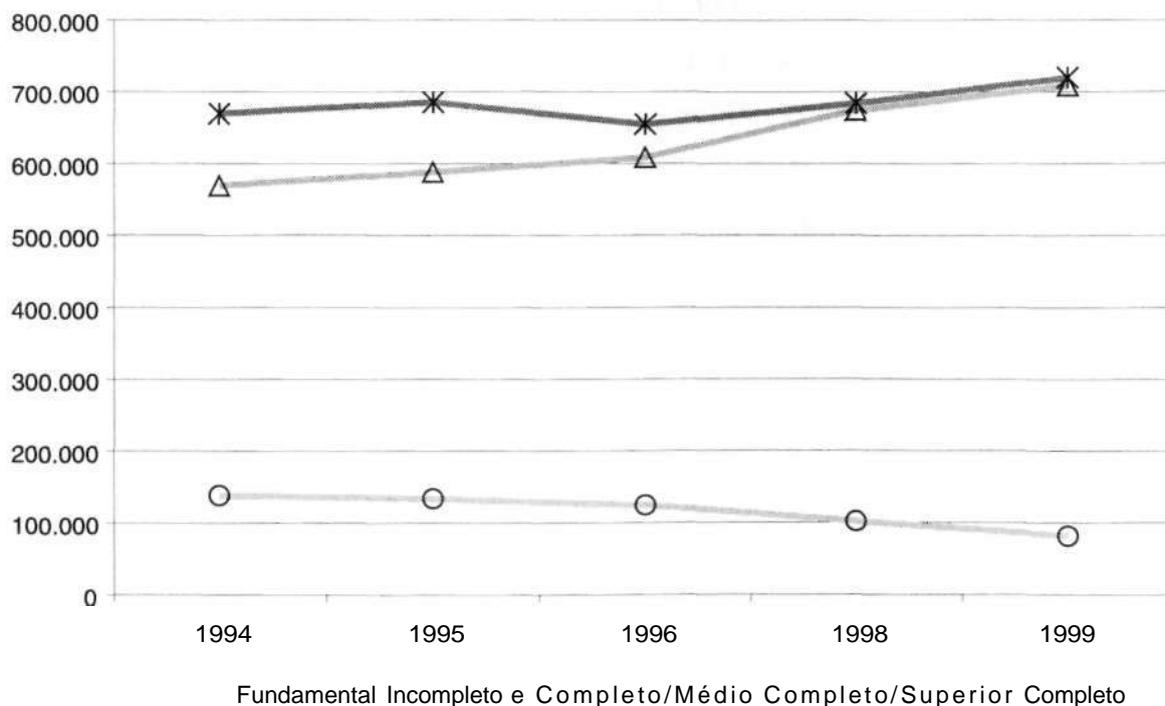
Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: o mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

(1) - dados estimados

(2) - dados preliminares

**Ensino Fundamental - Número de Funções Docentes por Grau de Formação
Brasil 1994-1999**



Ensino Médio - Número de Funções Docentes por Grau de Formação
Brasil 1994-1999

Ano	Funções Docentes por Grau de Formação						
	Total	Fundamental Incompleto e Completo	%	Médio Completo	%	Superior Completo	%
1994 ⁽¹⁾	295.542	1.876	0,6	50.863	17,2	242.803	82,2
1	333.271	1.519	0,5	57.620	17,3	274.132	82,3
1996	326.827	1.068	0,3	43.418	13,3	282.341	86,4
1998	365.874	823	0,2	38.250	10,5	326.801	89,3
1999 ⁽²⁾	401.010	642	0,2	47.637	11,9	352.731	88,0
Taxa de Cresc. 94/99	35,7%	-65,8%		-6,3%		45,3%	

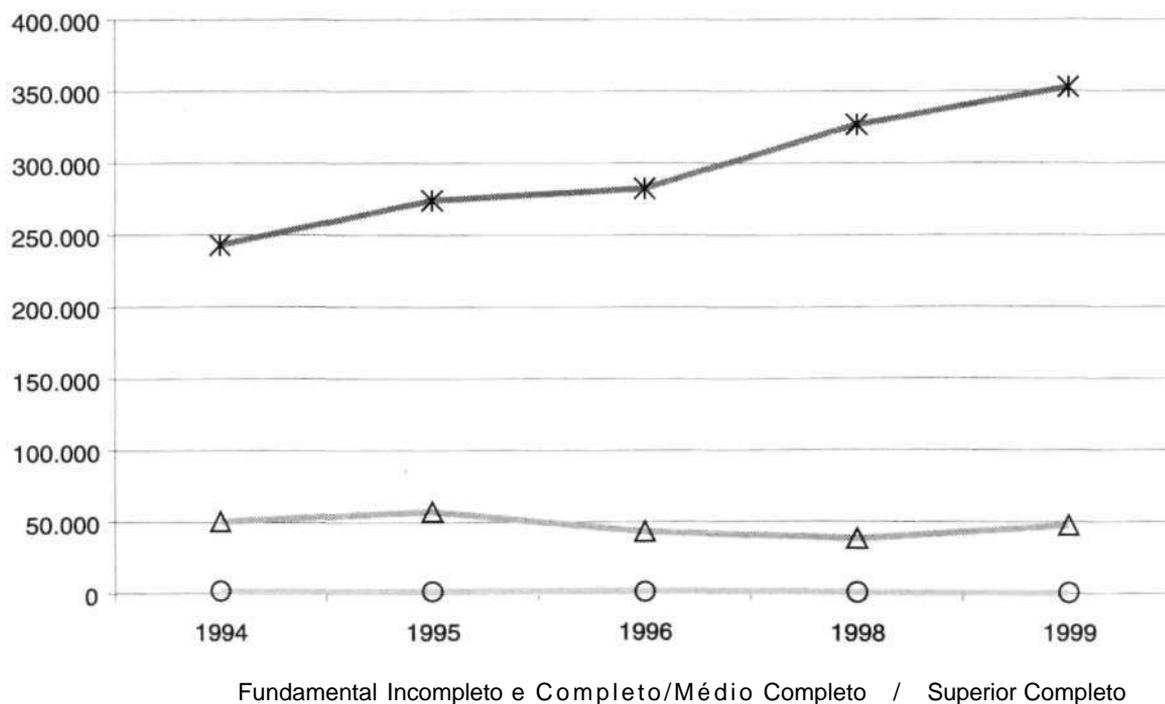
Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: o mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

(1) - dados estimados

(2) - dados preliminares

Ensino Médio - Número de Funções Docentes por Grau de Formação
Brasil 1994-1999



Gastos com educação

Os gastos públicos com educação, reunindo todos os programas e níveis de governo, somaram R\$ 38,5 bilhões, em 1996; e R\$ 43,2 bilhões, em 1997. Estes gastos incluem as despesas com precatórios e amortização de dívidas e correspondem a aproximadamente 5% do PIB.

De 1996 para 1997, houve um acréscimo de gastos com educação de 12,2%. Para efeito de comparação, em 1997 (ver tabelas em anexo). Observa-se que houve no período um crescimento da participação dos Estados (23%) e dos municípios (16%) na composição final dos gastos.

Em 1997, os gastos diretos com educação, por esfera de governo, somaram R\$ 40,8 bilhões, sendo R\$ 9,6 bilhões da União, R\$ 19,2 bilhões dos Estados e R\$ 11,9 bilhões dos municípios. Estes gastos estavam assim distribuídos: União (24%), Estados (47%) e municípios (29%).

O ensino fundamental recebeu 44% dos recursos globais investidos na educação em 1997. O ensino superior vem a seguir, com 17%. O ensino médio ficou com apenas 5%, e a educação infantil, com 4%.

A prioridade dada pelas três esferas de governo ao ensino fundamental resultou, no período, num aumento de 21% nos recursos destinados a este nível de ensino.

Este aumento se deve fundamentalmente aos municípios, que, além de elevar o investimento no ensino fundamental, em cumprimento da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estão adequando melhor os gastos à classificação orçamentária.

No ensino médio, o crescimento foi modesto, de 9%, mas os gastos estão num nível baixo e precisam ser elevados para atender à demanda crescente por vagas. Os gastos municipais reduziram-se drasticamente em função da transferência de responsabilidade para Estados; e os gastos estaduais foram elevados em 17%. No ensino superior, os gastos mantiveram-se estáveis no período, com aumento de investimentos do governo federal e redução de investimentos dos governos estaduais.

Os gastos com assistência e previdência, formados basicamente por proventos de inativos e pensionistas, também se expandiram no intervalo de 1996 a 1997, com elevação de 15%. Isto sugere que muitos professores, sobretudo das redes estaduais, estão buscando a aposentadoria.

Os gastos diretos com assistência e previdência já representam hoje 15,4% do total. Ao que tudo indica, estas despesas vão continuar crescendo, pois a política de capacitação e valorização do magistério certamente vai elevar estes valores, já que os professores automaticamente mudarão de faixa salarial à medida que melhorarem seu grau de qualificação. Para se ter uma idéia, nos gastos do governo federal eles já representam 25,1%.

A capacitação e a valorização do magistério vão contribuir para elevar também os gastos com pagamento de pessoal e encargos, que já absorvem 57,6% dos recursos diretos aplicados pelas três esferas governamentais.

A distribuição dos demais gastos diretos dos três níveis de governo aponta ainda que 21,1% são destinados para manutenção e custeio; 5,5% para investimentos; e 0,4% para inversões financeiras.

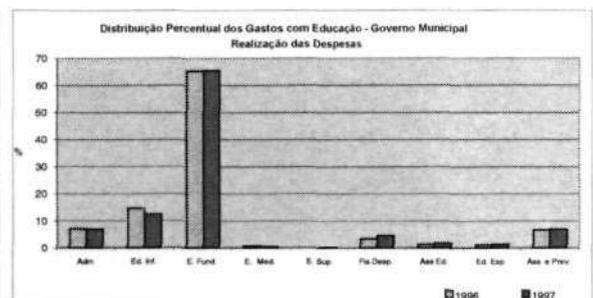
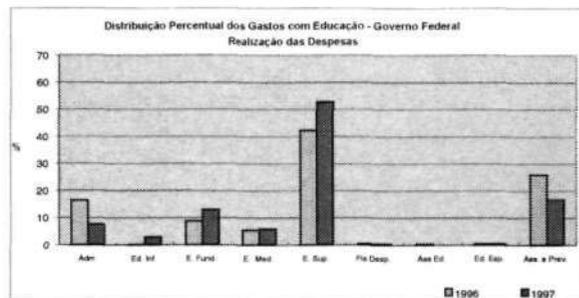
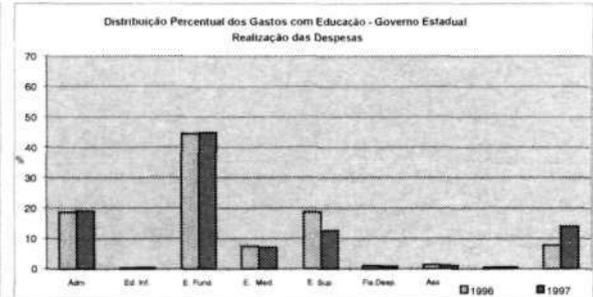
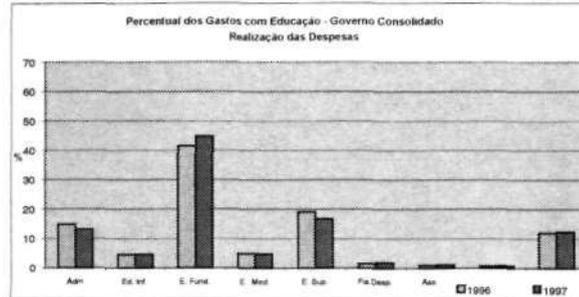
Na análise dos gastos globais, nota-se que o Governo Federal responde por 62% dos recursos investidos no ensino superior e exerce uma ação supletiva muito forte nos ensinos fundamental e médio. Isto mostra que o financiamento da educação básica ainda é muito dependente do Governo Federal.

**GASTO PÚBLICO COM A EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS
E ESFERAS DE GOVERNO E REALIZAÇÃO DA DESPESA
1996/1997**

Em Valores R\$ de 1997

Especificação dos Programas	Esferas de Governo						Governo Consolidado	
	Federal		Estadual		Municipal		1996	1997
	1996	1997	1996	1997	1996	1997		
Administração	1.596.686.134	658.358.024	3.264.413.352	4.128.045.272	800.701.573	903.250.321	5.661.801.059	5.689.653.617
Educação da Criança de 0 a 6 anos	17.631.724	258.727.621	52.925.892	82.194.802	1.654.399.029	1.629.120.361	1.724.956.645	1.970.042.804
Ensino Fundamental	859.431.622	1.114.698.453	7.777.962.996	9.643.494.129	7.347.710.037	8.599.861.961	15.985.104.655	19.358.054.573
Ensino Médio	538.713.882	513.626.244	1.288.870.301	1.504.937.854	65.949.203	50.872.500	1.893.533.386	2.069.336.598
Ensino Superior	4.130.293.512	4.519.259.847	3.249.347.503	2.703.698.933	2.778.513	28.931.399	7.382.419.528	7.251.889.979
Educação Física e Desportos	30.697.504	35.010.842	167.276.303	148.379.163	380.503.701	606.735.069	578.477.508	790.125.074
Assistência a Educandos	22.933.606	-	216.381.639	241.312.393	144.174.724	221.602.863	383.489.969	462.915.256
Educação Especial	35.640.723	33.354.658	86.712.878	111.016.369	124.391.061	182.121.727	246.744.662	326.492.754
Assistência e Previdência em Educação	2.526.685.764	1.436.160.210	1.358.716.358	2.993.201.731	754.246.373	913.985.246	4.639.648.495	5.333.347.187
Total	9.758.714.471	8.569.095.699	17.462.607.222	21.546.280.646	11.274.854.214	13.136.481.497	38.496.175.907	43.251.857.842

Fonte: FECAMP/NE/SUR



Adm = Administração ; Ed. Inf. = Educação da Criança de 0 a 6 anos ; E. Fund. = Ensino Fundamental ; E. Med. = Ensino Médio ; E. Sup. = Ensino Superior ;
Fis. Desp. = Educação Física e Desportos ; Ass. Ed. = Assistência a Educandos ; Ed. Esp. = Educação Especial ; Ass. e Prev. = Assistência e Previdência em Educação.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)